

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Correio BrazilienseClass.: 13Data: 04.03.91

Pg.: _____

**Especulação
leva danos ao
meio ambiente**

O Maranhão é um estado potencialmente rico em reservas ecológicas, rios e nações indígenas. Basta dizer que possui, dentro do seu território, duas das mais importantes reservas do Brasil: o Parque Estadual de Mirador e a reserva do Gurupi, ambos protegidos por decretos federais. Por falta de controle e de conscientização dos posseiros, indígenas, fazendeiros e madeireiros, toda esta riqueza está sendo gradativamente destruída.

O Parque Estadual de Mirador, a 488 quilômetros de São Luís, está sendo grilado em aproximadamente 72 mil hectares de terras, numa área de 700 mil hectares. Dentro dele nascem importantes rios, como o Alparagatas e o Itapecuru, responsável pelo abastecimento da metade da cidade de São Luís. O Ibama tem conhecimento que o desmatamento total na área vai provocar sérios danos ecológicos, já que no Parque do Mirador são encontrados os maiores lençóis freáticos de toda a região que se forem atingidos, vão prejudicar 120 mil famílias do local.

Situação semelhante está se processando na reserva do Gurupi. Criada por decreto lei de 12 de janeiro de 1988 e considerada uma das mais importantes da Amazônia. Em recente conferência a nível nacional, o professor Anthony Brome Rylands, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, denunciou que a reserva, localizada nos municípios de Carutapera e Bom Jardim, com 341 mil 614 hectares, é área devastada de toda a Amazônia legal. A superintendente do Ibama no Maranhão, Marlene Dias, tem conhecimento disso, mas nada pode fazer porque não dispõe de condições para fiscalizar toda a área.

A reserva do Gurupi é rica em fauna típica do sudeste da Amazônia, guardando em suas florestas espécies em extinção, como cuxiu (primata) e a ararajuba (ave). A destruição vem sendo praticada principalmente por criadores de gado e madeireiros, mas há também a ação de índios, cujas áreas ocupam boa parte da reserva por não terem sido ainda demarcadas pela Funai.

Em 1989 existiam 127 serrarias no município de Açailândia e a estimativa é de que cada um desses madeireiros tenha sido o responsável pelo corte de aproximadamente mil hectares de floresta da reserva. Os ambientalistas apontam também as indústrias de ferro, Gusare, os grandes projetos que se instalaram na região como devastadores, podendo transformar a liberação de recursos do Governo Federal para agilizar a fiscalização em torno das reservas ecológicas. Mas só nos dois últimos meses, foram apreendidos mais de 200 toneladas de pescado pelo Ibama, provenientes dos rios da baixada ocidental maranhense, onde a pesca industrial estava proibida por causa da piracema, época de desova dos peixes. A liberação para a pesca só aconteceu a partir dos dia 28 de fevereiro. Nesta época, cada pescador artesanal só tinha direito a 20 quilos por dia, para o consumo familiar. Além da intensa fiscalização na pesca, o Ibama tem agido rigorosamente nas áreas de garimpagem, cuja produção vem sendo contrabandeada para outros estados, sendo que, até o ano passado, o órgão não possuía nenhum controle sobre essa atividade.

Agindo rusticamente, sem apoio técnico ou qualquer norma ambiental, os mais de mil garimpeiros que agem no Maranhão são responsáveis diretos pela poluição e assoreamento do rio Turiaçu, um dos mais importantes da região pré-amazônica maranhense, já totalmente contaminado pelo mercúrio. Em volta dos garimpos, são deixados grandes barrancos de areia totalmente destruídos.